

QUAL O ESTADO DA ARTE SOBRE AS PRÁTICAS DE ALFABETIZAÇÃO EM ESCOLAS PÚBLICAS DE TEMPO INTEGRAL, NA ANPED E NO CONBALF, ENTRE 2015 E 2021?

*Fabiana da Silva Correia Souza*¹

*Andréa Tereza Brito Ferreira*²

Eixo temático: 4. Alfabetização e infância

Resumo: Apresentamos uma análise do “estado da arte” sobre nosso objeto de estudo no doutorado, em andamento: as práticas de alfabetização de professoras que atuam em escolas públicas de tempo integral. Entendendo a Educação Integral como a “formação completa do ser humano”, a qual demanda um tempo integral qualitativo na escola (COELHO, 2009) e o ensino da alfabetização na perspectiva do letramento (SOARES, 2018, 2020), buscamos mapear os trabalhos publicados, entre 2015 e 2021, nos anais das Reuniões Nacionais da ANPEd (GT10 e GT13) e do CONBALf. Realizamos a leitura dos títulos, resumos e palavras-chave desses trabalhos, bem como os categorizamos (BARDIN, 1979). Não encontramos publicações, diretamente, relacionadas ao nosso objeto de estudo. Seleccionamos, então, algumas delas que podem, de certa maneira, contribuir com nossa pesquisa. Além disso, buscamos perceber quais temáticas vêm sendo privilegiadas nos referidos eventos. Sobre o CONBALf, destacamos que, de um total de 900 trabalhos (excluindo-se 16 repetidos e 09 publicados sem o resumo), a categoria FORMAÇÃO/PROFISSÃO/TRABALHO/SABERES DOCENTES foi aquela na qual mais houve publicações, somando-se as 4 edições inventariadas. Quanto às publicações da ANPEd, alcançaram o 1º lugar a categoria LEITURA, no GT10, e a categoria FORMAÇÃO/PROFISSÃO/IDENTIDADE DOCENTE, no GT13. Os resultados atestam a importância do nosso estudo, uma vez que sua temática vem sendo pouco pesquisada, apesar de envolver duas áreas presentes no Plano Nacional de Educação (PNE-2014): a alfabetização e a Educação em Tempo Integral.

Palavras-chaves: Alfabetização; Práticas de Alfabetização; Educação em Tempo Integral; Escolas Públicas; Estado da Arte.

¹Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE. Professora da Educação Básica do Município do Jaboatão dos Guararapes/PE. Contato: fabycorreia30@yahoo.com.br

² Pós-Doutora Sênior em Educação pela Universidade de Minas Gerais e Pós-Doutora em Educação pela Université Paris 8. Professora Titular da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Contato: andreatbrit@gmail.com

1 Introdução

Este trabalho apresenta uma análise do “estado da arte” sobre nosso objeto de estudo no doutorado, em andamento: as práticas de alfabetização de professoras que atuam em escolas públicas de tempo integral. Realizar esse tipo de pesquisa de caráter bibliográfico ajuda o pesquisador a perceber os aspectos e dimensões que vêm sendo privilegiados, em diferentes épocas, maneiras e condições, nos trabalhos publicados em determinadas bases de dados, utilizando “uma metodologia de caráter inventariante e descritivo da produção acadêmica e científica” (FERREIRA, 2002, p. 258).

Em nossa pesquisa de doutorado, reunimos duas áreas do nosso interesse e de grande importância para o campo educacional, tanto que estão presentes nas Metas 5 e 6 do Plano Nacional de Educação (PNE-2014), a alfabetização e a Educação em Tempo Integral. De um modo geral, objetivamos investigar as práticas de alfabetização em escolas públicas municipais de tempo integral, para perceber quais são as concepções, possibilidades e desafios docentes, bem como as percepções e aprendizagens discentes em relação ao processo de ensino inicial da leitura e da escrita realizado nessas escolas.

Pela alfabetização, começamos a nos interessar ainda na graduação, quando conhecemos a teoria da Psicogênese da Escrita e o alfabetizar letrando. Tal interesse ampliou-se durante pesquisas realizadas no decorrer da Iniciação Científica, do Trabalho de Conclusão do Curso de Pedagogia e do Mestrado em Educação, todas em turmas de alfabetização da Educação de Jovens e Adultos. Desde 2011, no entanto, quando começamos a atuar como professora alfabetizadora de crianças, passamos a nutrir o desejo de investigar as práticas de alfabetização de professoras do 1º ano do Ensino Fundamental, por ser este um momento marcado por certa complexidade, uma vez que é um período de transição entre as duas primeiras etapas da Educação Básica, como também por ser o início do ciclo da alfabetização, que foi reduzido para dois anos, após a homologação da Base Nacional Comum Curricular, em 2017, contrariando o que preconizava o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e o PNE (2014), apesar de ainda enfrentarmos, no contexto educacional brasileiro, um persistente fracasso em alfabetização, sobretudo nas escolas públicas (SOARES, 2018).

Durante nossas aulas e em conversas com outras alfabetizadoras, percebemos algo recorrente: precisávamos de mais tempo, na jornada escolar, para darmos conta de um processo complexo e multifacetado, a alfabetização (SOARES, 2018), surgindo, então, a curiosidade pela jornada integral, que não se justificava/justifica de acordo com uma visão “conteudista”, “bancária” (FREIRE, 1987). Partimos, sim, do pressuposto de que as professoras alfabetizadoras que atuam nessas escolas têm maiores condições para (re)construírem, qualitativamente, suas práticas, desde que visem a uma “formação integral”

dos alunos, sendo quase impossível pensarmos nesse tipo de educação sem a ampliação do tempo escolar, nas escolas públicas brasileiras de ensino fundamental (COELHO, 2009), consideradas, há algum tempo, como instituições “minimalistas” (CAVALIERE, 2009), dentre outros aspectos, pelas “minguadas” quatro horas diárias ofertadas pela maioria dessas instituições (MOLL, 2012).

2 Fundamentação teórica

Assim como Coelho (2009, p. 93; 2013, p.05), pensamos que uma efetiva Educação Integral, no âmbito das escolas públicas brasileiras, demanda um tempo integral na escola, mas não qualquer tempo. É preciso que haja um “tempo qualitativo”. Este, sim, pode possibilitar, “uma formação mais completa para o ser humano-cidadão-aluno”, uma educação que compreenda tanto as atividades escolares como outras capazes de promover “a construção da cidadania partícipe e responsável.” O que denominamos por Educação Integral é, em suma, a “formação completa do ser humano, ou a mais completa possível”, a qual é a principal função da escola.

Somente “entendendo-se mais tempo como oportunidade de uma outra qualidade de experiência escolar, é que a escola de tempo integral pode trazer alguma novidade ao sistema educacional brasileiro.” (CAVALIERE, 2007, p. 1023). É nesse sentido que destacamos a potencialidade da Educação Integral em Tempo Integral, afirmando que a ampliação da Jornada Escolar para o Tempo Integral pode produzir uma renovação das práticas de alfabetização em nossas escolas públicas de Ensino Fundamental. Porém, a qualidade requerida pela Educação Integral em Tempo Integral, com acesso democrático e permanência dos alunos, demanda, seu financiamento e cooperação entre a União, Estados e Municípios, pois sua implantação necessita de recursos materiais e humanos, bem como da continuidade dos programas ao longo do tempo (MAURÍCIO, 2014).

Além disso, sabemos que apenas a Educação em Tempo Integral não leva, necessariamente, a uma Educação Integral nem “determina por si só, embora possa propiciar, práticas escolares qualitativamente diferentes.” Se a escola de tempo integral apenas reproduzir a escola convencional, o efeito será tão somente a potencialização dos problemas já existentes (CAVALIERE, 2007, p. 1017), dentre os quais destacamos o persistente fracasso das nossas escolas públicas em alfabetizar seus destinatários, os alunos das camadas populares. Tal fracasso vem desafiando aqueles que se interessam pela alfabetização, sobretudo desde a década de 1960, quando seus números aumentaram consideravelmente com a ampliação do acesso dos referidos alunos à escola, levando o ensino-aprendizagem do Sistema de Escrita Alfabética (SEA) ou, como denomina Magda Soares, a “faceta linguística” do ensino-aprendizagem inicial da língua escrita, ou, simplesmente, alfabetização,

a tornar-se um tema de estudos e investigação científica, entre nós (SOARES, 2018).

No contexto atual, em nosso país, a situação da alfabetização ainda é bastante preocupante tanto pelos prejuízos causados pela pandemia, que afetou, principalmente, a alfabetização das crianças que não tiveram acesso ao ensino remoto, as “desconectadas” (MACEDO e PORTO, 2022), mas também pelos retrocessos promovidos pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e pela Política Nacional de Alfabetização (PNA), que visam “reinventar” a alfabetização (SOARES, 2003), seguindo uma visão que fundamenta todos os antigos métodos de ensino inicial da leitura e da escrita, a concepção associacionista, pressupondo uma aprendizagem baseada na memorização e repetição de informações sobre a relação fonema-grafema (MORAIS, 2019, 2020). É indiscutível que a “reinvenção” da alfabetização é mais do que nunca necessária, mas esse movimento não deve significar uma volta a propostas superadas. Retornar ao “que já foi superado não significa que estamos avançando. Avancamos quando acumulamos o que aprendemos com o passado, juntando a ele as novidades que o presente traz.” (SOARES, 2003, p. 20).

Concordando com Soares (2020) e Morais (2020), acreditamos que a aprendizagem inicial da leitura e da escrita, na perspectiva do letramento, deve ser iniciada na Educação Infantil, uma vez que as experiências vivenciadas, nessa etapa, podem contribuir para a redução do fracasso na alfabetização, sobretudo das crianças das classes populares, que ingressam, em sua maioria, nas turmas de primeiro ano do Ensino Fundamental público, em considerável desvantagem em relação às crianças da classe média.

3 Metodologia

O mapeamento foi realizado a partir da leitura dos títulos, resumos e palavras-chave dos trabalhos publicados, entre 2015 e 2021, nos anais das Reuniões Nacionais da ANPEd (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação), no GT10 (Alfabetização, Leitura e Escrita) e no GT13 (Educação Fundamental), bem como nos anais do CONBALF (Congresso Brasileiro de Alfabetização). As produções foram, posteriormente, agrupadas com base na análise de conteúdo categorial (BARDIN, 1979).

Destacamos que a delimitação do período da pesquisa se deve, sobretudo, à aprovação do Plano Nacional de Educação – PNE (2014), que deu grande visibilidade à Educação em Tempo Integral, estabelecendo, na Meta 6, que tal educação deveria ser oferecida em, pelo menos, 50% das escolas públicas, de forma a atender, no mínimo, 25% dos alunos da Educação Básica. Além disso, em sua Meta 5, lançou, ao país, o desafio de alfabetizar todas as crianças até o 3º ano do ensino fundamental, fatos que poderiam incentivar os estudos acerca da nossa temática. Os resultados deste trabalho, como veremos, atestam a importância da realização da nossa pesquisa, uma vez que evidencia o pouco

interesse dos pesquisadores pelo objeto por nós pesquisado, embora ele envolva duas áreas educacionais presentes nas metas do referido Plano, a alfabetização e a educação em tempo integral.

4 Resultados e Discussão

Inicialmente, destacamos que nas últimas edições do CONBALF e da ANPEd, realizadas em 2021, em formato on-line, houve um aumento significativo no número de publicações. Na Reunião da ANPEd, tal ampliação foi percebida, consideravelmente, apenas no GT10. Já no CONBALF, ocorreu um aumento tanto no número de trabalhos quanto no de eixos temáticos, superando, em ambos os aspectos, as edições anteriores. Após a leitura das publicações, não encontramos trabalhos, diretamente, relacionados ao nosso objeto de estudo. Decidimos, então, selecionar alguns deles que podem, de certa maneira, contribuir com nossa pesquisa. Resolvemos, também, categorizar todas as publicações, tomando como referência as temáticas abordadas pelos autores, para percebermos quais temáticas vêm sendo privilegiadas nos referidos eventos.

Sobre o CONBALF, é preciso destacar que inventariamos todos os seus eixos. Percebemos que há uma variação, de uma edição para a seguinte, na nomenclatura de alguns eixos e na quantidade, sendo este um aspecto positivo por possibilitar a inclusão de discussões atuais, como foi o caso da Alfabetização e o Ensino Remoto, presente no último Congresso, destacando-se como o eixo em que houve mais publicações. Por outro lado, essa flexibilidade causa certa dificuldade para realizarmos uma análise comparativa entre as edições. Em nossas análises, sentimos dificuldade também devido a não identificação das publicações como sendo ou um relato de experiência ou um artigo. Tentamos realizar tal categorização, porém os conteúdos dos trabalhos, muitas vezes, causaram dúvidas, o que nos levou a desistir dessa tarefa e denominarmos todas as publicações como “trabalhos”.

Somando-se as publicações das quatro edições, excluindo-se as 16 que se repetiam e as 09 sem resumo, contabilizamos um total de 900 trabalhos. Como mencionamos, infelizmente, nenhum deles buscou investigar as práticas de alfabetização em escolas de tempo integral. No entanto, selecionamos 17 publicações, que abordavam temas que podem contribuir com nosso estudo. Um desses trabalhos, intitulado “Professores iniciantes e sua formação continuada para atuação nas classes de alfabetização de uma escola em tempo integral da rede municipal de ensino de Campo Grande – MS”, de certa forma, relaciona-se com nosso tema de estudo, porém seu foco é a formação e não as práticas dos professores alfabetizadores de escolas de tempo integral. O eixo “Alfabetização e Formação de Professores” foi aquele no qual mais trabalhos foram publicados em três das quatro edições (II, III e IV). Somando-se as 4 edições do Congresso, destacamos a categoria

FORMAÇÃO/PROFISSÃO/TRABALHO/SABERES DOCENTES com mais trabalhos publicados, 232, e a categoria OS SUJEITOS DA EJA com menos trabalhos, apenas 05 publicações, entre 2015 e 2021, excetuando-se a categoria outros.

De um total de 165 trabalhos dos anais das Reuniões da ANPEd inventariadas, 84 do GT10 e 81 do GT13, nenhum deles buscou investigar, especificamente, as práticas de alfabetização em escolas de tempo integral. As categorias com maior número de publicações, nas 4 edições, foram a LEITURA, no GT10, com 21 trabalhos, e a FORMAÇÃO/PROFISSÃO/IDENTIDADE DOCENTE, no GT13, com 14 trabalhos. Assim como no CONBALf, selecionamos algumas publicações, sendo 10 do primeiro GT e 5 do segundo. Destacamos 4 dos 5 trabalhos selecionados, no GT13, por abordarem temáticas relacionadas à Educação Integral ou ao Tempo Integral: 37ª Reunião: “A construção da concepção da escola de dia inteiro: aproximações entre a Escola Nova e o Programa Mais Educação”; “Educação integral e arte/educação: concepções, desafios e possibilidades no Programa Mais Educação”; 38ª Reunião: “A educação social desenvolvida na aula de “Estudo Dirigido” numa escola de Educação Integral e(m) Tempo Integral do município de São Gonçalo (RJ)”; “Educação Integral e(m) Tempo Integral, O Programa “Novo” Mais Educação e sua concepção de formação humana. Nesses trabalhos, vemos que há um predomínio do Programa Mais Educação, que, para Moll (2012), marcou, no século XXI, a retomada de um sonho, a escola de dia inteiro, tendo como horizonte a Educação Integral. Silva (2017) afirma que tal Programa, organizado conforme a vertente “Alunos em Tempo Integral”, seria a causa da predominância desse modelo organizativo na Educação em Tempo Integral, no Brasil, o qual, ao contrário das experiências enquadradas na vertente “Escola em Tempo Integral”, investe apenas no aluno e não nas escolas.

5 Considerações Finais

O mapeamento realizado nos revelou o quanto é desafiadora a tarefa de investigar as práticas de alfabetização nas escolas públicas de tempo integral, um tema pouco pesquisado, apesar de estar presente no PNE (2014).

Àqueles que pesquisam ou praticam neste campo educacional, cabe-nos lutar em prol das escolas públicas, defendendo a importância e o reconhecimento dessas instituições e de seus profissionais, de modo que tenhamos condições satisfatórias para dar conta desse desafio que é alfabetizar e formar o aluno enquanto ser humano em sua integralidade, dentro de uma Educação Integral em Tempo Integral, visando à qualidade dessa educação, a partir do fortalecimento da escola e do trabalho docente. (CAVALIERE, 2007; COELHO, 2009; COELHO e HORA, 2013).

Referências

- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.
- CAVALIERE, A. M. **Tempo de escola e qualidade na educação pública**. Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1015-1035, out. 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/es/a/VMNgFmGk5vW4dyYZ7796WzH/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 28 fev. 2022.
- CAVALIERE, A. M. **Escolas de tempo integral versus alunos em tempo integral**. Em Aberto, Brasília, INEPE, v. 22, n. 80, p. 51-63, abr. 2009. Disponível em: <<http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/2418/2157>>. Acesso em: 28 fev. 2023.
- COELHO, L. M. C. C. **História(s) da educação integral**. Em Aberto, Brasília, INEP, v.22, n. 80, p. 83-96, abr. 2009. Disponível em: <<http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/2420/2159>>. Acesso em: 25 fev. 2023.
- COELHO, L. M. C. da C.; HORA, D. M. Políticas públicas de educação integral em jornada escolar ampliada e trabalho educativo: docência questionada ou precarização do trabalho docente? In: **Educação integral: história, políticas e práticas** / organização Lígia Martha C. da Costa Coelho. – 1. Ed. – Rio de Janeiro: Rovel, 2013.
- FERREIRA, N. S. de A. **As pesquisas denominadas “estado da arte”**. Educação & Sociedade, ano XXIII, no 79, Agosto/2002. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/es/a/vPsyhSBW4xJT48FfrdCtqfp/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 25 fev. 2023.
- FREIRE, P.. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- MACEDO, M. S. A. N.; PORTO, G. C. Alfabetização e docência em tempos de pandemia. **Cadernos de Educação** | Pelotas, n. 66, 2022. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/caduc/issue/view/1113/showToc>>. Acesso em: 25 fev. 2023.
- MAURÍCIO, Lúcia Velloso. **Ampliação da jornada escolar: configurações próprias para diferentes contextos – Brasil e Europa**. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.22, n. 85, p. 875-898, out./dez. 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ensaio/a/yhr7DfkXxKSKgLLRLkYyRqQ/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 28 fev. 2023.
- MOLL, J. (Org). **Caminhos da Educação Integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos**. Porto Alegre: Penso, 2012.
- MORAIS, A. G. de. Análise crítica da PNA (Política Nacional de Alfabetização) imposta pelo MEC através de decreto em 2019. **Revista Brasileira de Alfabetização**. Belo Horizonte, MG | v. 1 | n. 10 (Edição Especial) | p. 66-75 | jul./dez. 2019. Disponível em: <<https://revistaabalf.com.br/index.html/index.php/rabalf/article/view/357>>. Acesso em: 25 fev. 2023.
- MORAIS, A. G. Alfabetização e letramento na BNCC: problemas conceituais, lacunas e inadequações no que é prescrito para os dois anos iniciais do ensino fundamental. **Debates em Educação**, Maceió, Vol. 12, Número Especial, 2020. Disponível em: <<https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/9955>>. Acesso em: 28 fev. 2023.
- SILVA, B. A R. A predominância da vertente “alunos em tempo integral” nas discussões sobre o tema da educação integral em tempo integral. **Revista Brasileira de Educação**. V. 22 n. 71 e227170 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/GKs8VBDQF4jJXTThhgTgjPNs/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 25 fev. 2023.
- SOARES, M. A Reinvenção da Alfabetização. **Presença Pedagógica**, v.9 n.52, jul./ago. 2003. Disponível em: <http://www.gestoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/programa_aceleracao_estudos/rei_vencao_alfabetizacao.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2023.

SOARES, M. **Alfabetização: a questão dos métodos** / Magda Soares. – 1. Ed., 2ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2018.

SOARES, M. **Alfaetrar: toda criança pode aprender a ler e a escrever** / Magda Soares. – São Paulo: Contexto, 2020.